

Concurso Público com Publicidade Internacional

AQUISIÇÃO DE CONTADORES DE ÁGUA FRIA POTÁVEL

PRC 175/2024

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de contadores de água fria potável.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato tem a duração inicial de 36 (trinta e seis) meses, a contar da sua data de assinatura, cessando no final desse período ou no momento em que a Entidade Adjudicante tenha pago ao Cocontratante o preço contratual, consoante o que ocorrer primeiro.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o contrato pode ser denunciado por qualquer uma das partes, com uma antecedência mínima de 120 dias.
3. A denúncia referida no número anterior deverá ser efetuada por escrito, podendo ocorrer, inclusivamente, por qualquer meio de transmissão eletrónica de dados.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 5.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Cocontratante obriga-se a entregar à Contraente Pública os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem

utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Cocontratante é responsável perante a Contraente Pública por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Centro Operacional Sul - Viana do Castelo, sito na Rua de São José, 4900-314 Viana do Castelo, em mediante pedido da AdAM, através do envio de nota de encomenda, no prazo máximo de 1 mês.
2. O Cocontratante obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da sua posse e da propriedade para a Contraente Pública, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 7.ª

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens, a Contraente Pública, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas presente procedimento e se reúnem as características, especificações e

requisitos técnicos e operacionais definidos no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.

1. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre o contador.
2. Durante a fase da realização de testes, o Cocontratante deve prestar à Contraente Pública toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do Cocontratante.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve informar, por escrito, o Cocontratante.
2. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Contraente Pública, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo Contraente Pública no prazo respetivo, a Contraente Pública procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 7.^a comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos

representantes do Cocontratante e da Contraente Pública.

2. Com a declaração de aceitação a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens para a Contraente Pública, incluindo o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o Cocontratante.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o Cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 anos a contar da data de entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia prevista no número anterior abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - c) A reparação ou substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

- g) A mão-de-obra.
3. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Contraente Pública tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o Cocontratante, para efeitos da respetiva reparação.
 4. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela Contraente Pública e sem grave inconveniente para esta, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 11.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O Cocontratante deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

Cláusula 12.ª

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 13.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Contraente Pública, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Contraente Pública no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Contraente Pública, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente Caderno de Encargos e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, e que conhecem e se comprometem a cumprir todas as obrigações aqui previstas, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da Contraente Pública, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Contraente Pública quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Contraente Pública de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar a Contraentes Pública, por escrito, disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecendo-lhes qualquer outra informação que possam razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Contraente Pública:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Contraente Pública por todos os prejuízos em que venham a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Contraente Pública, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 14.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 15.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 16.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA CONTRAENTE PÚBLICA

Cláusula 17.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a 1.007.788,22 EUR (um milhão vinte e sete mil trezentos e oitenta euros).
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, são definidos os seguintes preços base, por lote:
 - a **Lote 1 - Contadores DN15** – 867.948,07 EUR (oitocentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e oito euros e sete cêntimos);
 - b **Lote 2 – Contadores DN 20 a DN 100** – 139.840,15 EUR (cento e trinta e nove mil oitocentos e quarenta euros e quinze cêntimos);
3. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço total é estimado, por ser variável em função do número de materiais que venham efetivamente a ser adquiridos, razão pela qual a Contraente Pública apenas pagará os bens que venham a ser real e efetivamente fornecidos, por aplicação dos preços unitários propostos.
5. As quantidades indicadas na Lista de Preços Unitários devem ser consideradas apenas como referência, podendo as mesmas variar de acordo com as necessidades da Contraente

Pública.

6. A Contraente Pública reserva-se no direito de não adquirir os bens na totalidade do valor contratual sem que, por tal facto, assista ao Cocontratante qualquer direito a indemnização.
7. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 19.^a

Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela “eSPap” – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em

relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens, até 5% do preço unitário contratual por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 1% do preço contratual;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento dos bens, até 1% do preço contratual.
3. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

- I. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;

- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 24.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 25.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 26.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa do procedimento pode ser executada pela Contraente Pública sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela Contraente Pública não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação da Contraente Pública para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo Cocontratante, designadamente das obrigações de garantia.

Cláusula 27.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:
 - a) Seguro de responsabilidade civil;
2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 10 dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 28.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 29.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 30.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 31.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 32.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Cláusula 33.^a

Lote I - Contadores DNI5 mm

I. Contadores de água volumétricos

I.1. Características gerais

- i. Corpo com estabilidade à pressão, torção, compressão e temperatura;
- ii. Pressão nominal (PN) ≥ 16 bar;
- iii. Totalizador seco, grau de proteção igual ou superior a IP68, em cobre-vidro ou plástico;
- iv. Totalizador equipado com sistema anti condensação;
- v. Totalizador com capacidade de leitura até 99 999 m³;
- vi. Totalizador orientável 360°, com bloqueio - rotação máxima de 360°;
- vii. Proteção contra fraude mecânica e magnética;
- viii. Filtro de partículas incorporado no corpo do contador, de forma que não seja possível a sua remoção;
- ix. Válvula de retenção do tipo “socla” incorporada e instalada na tubuladura a jusante do elemento de medida, a válvula deve ficar ajustada à tubuladura de forma que não se solte no manuseamento pré-instalação;
- x. Êmbolo rotativo estriado verticalmente;
- xi. Divisão de verificação $\leq 0,02$ l;
- xii. Totalizador pré equipado com saída de impulsos;
- xiii. Tamanho do impulso: 1 l/impulso;
- xiv. Os contadores a fornecer deverão apresentar, de forma legível e indelével, as seguintes marcações:
 - a. Relação Q_3/Q_1 ;
 - b. Caudal permanente;
 - c. Ano e número de série do fabrico;
 - d. Marcação personalizada do tipo “AAA/BBBBBBB”, em que AAA corresponderá a um número com 3 algarismos indicado pela entidade gestora e BBBBBBBB corresponderá a 7 algarismos da parte numérica do n° de série do fabricante. Se o número de série do fabricante só tiver 6 dígitos, o primeiro B, deverá ser “0” (zero);
- xv. Seta indicadora do sentido do escoamento da água;
- xvi. Em conformidade com a Diretiva MID;
- xvii. Para contadores com corpo em compósito, as paredes do orifício de selagem no corpo do contador devem ter uma espessura mínima de 2 mm.

I.2. Características específicas

a) Contadores DNI5

- i. Corpo em compósito
- ii. Rosca do Contador = 3/4”

- iii. $Q_3=2,5 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4=3,125 \text{ m}^3/\text{h}$
- iv. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- v. Comprimento = 165 mm
- vi. Altura Máxima = 118 mm
- vii. Largura Máxima = 95 mm
- viii. Caudal de arranque < 1 l/h

b) Contadores DN15 e L=165

- i. Corpo em latão
- ii. Rosca do Contador = 3/4"
- iii. $Q_3=2,5 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4=3,125 \text{ m}^3/\text{h}$
- iv. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- v. Comprimento = 165 mm
- vi. Altura Máxima = 118 mm
- vii. Largura Máxima = 95 mm
- viii. Caudal de arranque < 1 l/h

c) Contadores DN15 e L=110

- i. Corpo em latão
- ii. Rosca do Contador = 3/4"
- iii. $Q_3=2,5 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 3,125 \text{ m}^3/\text{h}$
- iv. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- v. Comprimento = 110 mm
- vi. Altura Máxima = 118 mm
- vii. Largura Máxima = 95 mm
- viii. Caudal de arranque < 1 l/h

Lote – 2 - Contadores DN 20 a DN 100 mm

I. Contadores de água volumétricos

I.1. Características gerais

- i. Sistema de medição volumétrica do tipo êmbolo rotativo;
- ii. Corpo em latão;
- iii. Pressão nominal (PN) $\geq 16 \text{ bar}$;
- iv. Totalizador seco, grau de proteção igual ou superior a IP68, em cobre-vidro ou plástico;
- v. Totalizador equipado com sistema anti condensação;
- vi. Totalizador com capacidade de leitura até 99 999 m^3 ;
- vii. Totalizador orientável 360°, com bloqueio - rotação máxima de 360°;
- viii. Proteção contra fraude mecânica e magnética;
- ix. Filtro de partículas incorporado no corpo do contador, de forma que não seja possível a sua remoção;

- x. Válvula de retenção incorporada do tipo “socla” e instalada na tubuladura a jusante do elemento de medida, a válvula deve ficar ajustada à tubuladura de forma que não se solte no manuseamento pré-instalação;
- xi. Êmbolo rotativo estriado verticalmente;
- xii. Divisão de verificação $\leq 0,02$ l;
- xiii. Totalizador pré equipado com saída de impulsos;
- xiv. Tamanho do impulso = 1 l/impulso;
- xv. Os contadores a fornecer deverão apresentar, de forma legível e indelével, as seguintes marcações:
 - a. Relação Q_3/Q_1 ;
 - b. Caudal permanente;
 - c. Ano e número de série do fabrico;
- xvi. Seta indicadora do sentido do escoamento da água;
- xvii. Em conformidade com a Diretiva MID.

1.2. Características específicas

a) Contadores DN20

- i. Rosca do Contador = 1”
- ii. $Q_3=4$ m³/h, $Q_4=5$ m³/h
- iii. R (Rácio Q_3/Q_1) ≥ 315
- iv. Comprimento = 165 mm
- v. Altura Máxima = 131 mm
- vi. Largura Máxima = 100 mm
- vii. Caudal de arranque < 1 l/h

b) Contadores DN25

- i. Rosca do Contador = 1”1/4
- ii. $Q_3=6,3$ m³/h, $Q_4= 7,9$ m³/h
- iii. R (Rácio Q_3/Q_1) ≥ 315
- iv. Comprimento = 260 mm
- v. Altura Máxima = 150 mm
- vi. Largura Máxima = 130 mm
- vii. Caudal de arranque < 2 l/h

c) Contadores DN30

- i. Rosca do Contador = 1”1/2
- ii. $Q_3=6,3$ m³/h, $Q_4= 7,9$ m³/h
- iii. R (Rácio Q_3/Q_1) ≥ 315
- iv. Comprimento = 260 mm
- v. Altura Máxima = 180 mm
- vi. Largura Máxima = 150 mm
- vii. Caudal de arranque < 2 l/h

d) Contadores DN40

- i. Rosca do Contador = 2"
- ii. $Q_3=16 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 20 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 300 mm
- viii. Altura Máxima = 185 mm
- ix. Largura Máxima = 180 mm
- x. Caudal de arranque < 6 l/h

2. Contadores de água de velocidade do tipo turbina monojato

2.1. Características gerais

- i. Sistema de medição de velocidade monojato;
- ii. Corpo em latão até DN50 e em Bronze, ferro fundido revestido a epoxy ou latão para DN>50;
- iii. Pressão nominal (PN) $\geq 16 \text{ bar}$;
- iv. Totalizador seco, grau de proteção igual ou superior a IP68, em cobre-vidro;
- v. Totalizador equipado com sistema anti condensação;
- vi. Totalizador com capacidade de leitura até 999 999 m^3 ;
- vii. Totalizador orientável 360°, com bloqueio - rotação máxima de 360°, de modo que possa ser colocado na posição de leitura mais conveniente;
- viii. Proteção contra fraude mecânica e magnética;
- ix. Classe de sensibilidade ao escoamento= U0 D0;
- x. Divisão de verificação $\leq 0,2 \text{ l}$;
- xi. Totalizador pré equipado com saída de impulsos;
- xii. Tamanho do impulso= 10 l/impulso;
- xiii. Os contadores a fornecer deverão apresentar, de forma legível e indelével, as seguintes marcações:
 - a. Relação Q_3/Q_1 ;
 - b. Caudal permanente;
 - c. Ano e número de série do fabrico;
- xiv. Seta indicadora do sentido do escoamento da água;
- xv. Em conformidade com a Diretiva MID.

2.2. Características específicas

a) Contadores DN50

- i. Ligações roscadas a 2"1/2
- ii. $Q_3=25 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 31,25 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 300 mm
- v. Altura Máxima = 220 mm
- vi. Largura Máxima = 200 mm
- vii. Caudal de arranque $\leq 20 \text{ l/h}$

b) Contadores DN50

- i. Ligações flangeadas
- ii. $Q_3=25 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 31,25 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 300 mm
- v. Altura Máxima = 220 mm
- vi. Largura Máxima = 200 mm
- vii. Caudal de arranque $\leq 20 \text{ l/h}$

c) Contadores DN65

- i. Ligações com flanges móveis/rotativas
- ii. $Q_3=40 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 50 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 300 mm
- v. Altura Máxima = 225 mm
- vi. Largura Máxima = 210 mm
- vii. Caudal de arranque $\leq 28 \text{ l/h}$

d) Contadores DN80

- i. Ligações com flanges móveis/rotativas
- ii. $Q_3=63 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 78,75 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 350 mm
- v. Altura Máxima = 240 mm
- vi. Largura Máxima = 280 mm
- vii. Caudal de arranque $\leq 31 \text{ l/h}$

e) Contadores DN100

- i. Ligações com flanges móveis/rotativas
- ii. $Q_3=100 \text{ m}^3/\text{h}$, $Q_4= 125 \text{ m}^3/\text{h}$
- iii. $R \text{ (Rácio } Q_3/Q_1) \geq 315$
- iv. Comprimento = 350 mm
- v. Altura Máxima = 260 mm
- vi. Largura Máxima = 310 mm
- vii. Caudal de arranque $\leq 50 \text{ l/h}$